



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 4/2022/CONSUP/IFTO, DE 19 DE ABRIL DE 2022

1 Ata da primeira reunião ordinária de dois mil e vinte dois do Conselho Superior
2 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 dezoito de abril de dois mil e vinte e dois, às nove horas, no Auditório I da Reitoria,
4 situada Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto
5 1, Lote 8, Plano Diretor Sul, Palmas/TO — CEP 77020-450, reuniu-se, sob a
6 presidência do magnífico reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do
7 IFTO. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de Dirigentes: Paula
8 Karini Dias Ferreira Amorim, primeira titular; Pietro Lopes Rêgo, segundo titular;
9 Flavio Elizario de Souza, terceiro titular; Manoel Delintro de Castro Neto, quarto
10 titular; dos representantes dos servidores docentes: Otávio Cabral Neto, primeiro
11 titular; Saldanha Alves Braga, segundo titular; Maukers Alem Lima Dias, terceiro
12 titular; dos representantes dos servidores técnico-administrativos: Iomar Lima
13 Lago, primeiro titular; Mayana Alencar de Matos, segunda titular; Leandro Oliveira
14 Campos, terceiro titular; Clarissa Macêdo Silva, quarta titular; dos representantes
15 dos discentes: Elson Martins Neves, primeiro titular; Isabela Enumo Gottardi,
16 segundo titular; Yohann Cristian Alves, quarto titular; Luiz Carlos Pereira da Luz,
17 segundo suplente; dos representantes dos egressos: Cristiely Maria de Sousa Alves
18 de Oliveira, primeiro titular; Geovane Souza Moura, segundo titular; do
19 representante do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Tocantins
20 – SINDUSCON-TO, Cleber Decarli de Assis, titular; Representante da Federação do
21 Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO, Dirce
22 Betânia de Oliveira Faustino; do representante da Secretaria Estadual de
23 Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – SEAGRO, Thiago Fontolan Tardivo,
24 titular; e da representante da Secretaria do Conselho Superior, Rosseane Elysa
25 Ferreira Barbosa. O presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e
26 declarou aberta a sessão. Agradeceu o prestígio de todos que estavam
27 acompanhando a reunião pelo canal oficial do youtube. Iniciou-se a atividade do dia
28 que tinha como foco principal as apresentações dos conselheiros e da equipe que
29 dava suporte ao trabalho do Conselho, de modo que todos os conselheiros
30 conhecessem desde o início o trabalho, a equipe, o funcionamento, as atribuições e
31 responsabilidades de cada um dos setores envolvidos. O presidente disse que o
32 intuito das apresentações era auxiliar e nortear o trabalho que seria desenvolvido ao
33 longo dos próximos dois anos na gestão do Conselho Superior. Noticiou o
34 recebimento no dia anterior da doação do INEP de um micro-ônibus com capacidade
35 de 26 lugares e adaptação para transporte de pessoa com deficiência que ajudaria a
36 solucionar um dos problemas de transporte entre as unidades de Lagoa da Confusão
37 e Formoso do Araguaia, únicas unidades que não dispunham de veículos exclusivos
38 para o transporte dos estudantes (visitas técnicas e outras atividades correlatas às

39 atividades do dia da instituição). Informou que as duas cidades, Lagoa e Formoso,
40 compartilhavam um micro-ônibus e que a expectativa com a chegada do veículo era
41 que cada uma tivesse o seu veículo, o que ampliaria a possibilidade de agenda e
42 desenvolvimento de atividades. Disse que somado ao retorno presencial essa era
43 uma informação importante que levava perspectivas às comunidades. Informou que
44 na quarta-feira teriam reunião do Colégio de Dirigentes - CODIR, quando conversaria
45 melhor com os diretores das unidades (Manoel e Jardel) para chegarem no
46 entendimento de como fariam a distribuição dos veículos entre ambas as unidades.
47 Disse que o veículo já estava em uso, mas com apenas 32 mil km rodados, revisão
48 feita, pneus novos, e que o veículos estava em boas condições cabendo apenas ao
49 IFTO uma revisão do ar-condicionado para que fosse disponibilizado para uso da
50 comunidade. Esperava que a tempo da Agrotins já estivesse à disposição da
51 comunidade, o que auxiliaria muito no traslado dos estudantes que participariam
52 do evento. Quanto à Agrotins, destacou que seria o maior evento institucional no
53 primeiro semestre, institucional pois o IFTO participava da organização com a
54 SEAGRO e dada a expectativa de presença institucional era realmente um momento
55 marcante no primeiro semestre. Informou que já havia definição de estrutura física e
56 que seriam disponibilizadas cinco tendas com dimensão de 10 m2 a 100 m2 cada
57 uma, com salas de reunião para as tratativas com a iniciativa privada. Informou que
58 várias empresas estavam procurando o IFTO para o fechamento de parcerias. Disse
59 que estavam sinalizando a realização da Agrotins como sendo um momento de
60 culminância da tratativa dessas parcerias até para que pudessem possibilitar aos
61 empresários conhecerem um pouco mais da dinâmica institucional, pois a
62 expectativa era que eles tivessem projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos
63 nas diferentes unidades. Disse que a participação dos estudantes e servidores das
64 diferentes unidades é uma amostra muito significativa da presença do IFTO no
65 agronegócio Tocantinense. Convidou a todos os conselheiros e comunidade do IFTO
66 a participarem da Agrotins, que aconteceria de 10 a 14 de maio. Solicitou a todos os
67 colegas gestores dos *campi* a sensibilidade no apoio para que a comunidade
68 estivesse presente. Informou a realização durante a Agrotins do primeiro encontro
69 dos estudantes das ciências agrárias do IFTO, focado no primeiro momento nos
70 estudantes dos cursos de nível superior. Por ser o primeiro evento, informou que
71 tentariam aprender com o modelo, e que naquela data reuniriam-se com os
72 estudantes dos cursos de Engenharia Agrônômica, Tecnologia de Produção de Grãos,
73 Zootecnia e Tecnologia de Alimentos, seriam mais de 300 estudantes do IFTO
74 presente no evento, participando e discutindo. Disse que os coordenadores estavam
75 fazendo o planejamento da programação. Destacou a grande expectativa, pois seria
76 uma das primeiras oportunidades que o IFTO teria de envolver as pessoas que
77 participavam da ação na frente do agronegócio, participando, conversando, se
78 conhecendo. Disse que seria um momento muito importante para a Instituição e
79 que acredita que a partir dali várias outras ações seriam desdobradas. Reiterou o
80 pedido e apoio de todos para que se conseguissem ter êxito naquele momento.
81 Expressou que o IFTO tinha tudo para se tornar protagonista no agronegócio
82 Tocantinense nos próximos anos, pois tinha toda estrutura, expertise (considerando
83 servidores e estudantes à disposição da área tão importante da economia
84 Tocantinense), e por isso tinha sim que ocupar o seu local. Disse que respeitava a
85 todas as outras instituições que participavam dessas discussões, mas que não tinha
86 porque não colocar o IFTO como protagonista e dar realmente o tom de como deve
87 ser a participação de uma instituição como o IFTO, que atuava com ensino, pesquisa
88 e extensão desse importante evento Tocantinense. Destacou que todas as unidades

89 desde o início do mês de abril estavam com atividades presenciais e que isso era um
90 marco muito importante no dia a dia da Instituição e sinalizava ainda mais
91 fortemente o avanço rumo a vitória sobre a pandemia da covid-19. Disse que o IFTO
92 retomava suas atividades presenciais e isso realmente estava sendo muito
93 comemorado pelos estudantes, servidores, por toda a nossa equipe. Agradeceu a
94 todos os colegas que se desdobraram ao longo do período de pandemia e fizeram
95 com que a instituição continuasse funcionando e prestando um trabalho de
96 qualidade à comunidade Tocantinense. Reforçou que tudo que foi entregue durante
97 a pandemia só ampliava a expectativa da comunidade de que com retorno
98 presencial o IFTO aumentasse ainda mais a prestação de serviço. Destacou que se o
99 desafio foi grande durante a pandemia tinha certeza de que continuariam sendo
100 desafiados dali em diante para entregarem ainda mais, mas que tinha a certeza de
101 que tinham condição realmente de atender todas as expectativas da sociedade.
102 Informou que estavam passando por um período de transição nas gestões tanto nas
103 unidades como também na unidade Reitoria, iniciadas na semana anterior no
104 *Campus* Palmas (em virtude dos prazos das portarias de nomeação de cargo diretor)
105 e que até o dia 14 de maio aconteceria a transição de todos os demais diretores
106 eleitos nas unidades. Informou que cada unidade estava sendo consultada e que a
107 decisão seria discricionária em relação à solenidade de posse (formal ou não), mas
108 que estavam planejando também um momento conjunto de uma solenidade em
109 Palmas, congregando todos os diretores de modo que fizessem uma apresentação
110 conjunta à sociedade da nova equipe gestora do IFTO para o próximo
111 quadriênio. Evidenciou a importância da ação para mostrar a sociedade a dimensão
112 do IFTO, reunindo atores de todos os segmentos da sociedade para que
113 percebessem cada vez mais claramente que eram uma só instituição e estavam
114 posicionados em todo o Estado em condição de contribuir com a sociedade, o que
115 ocorreria até o final do mês de maio. O presidente justificou a ausência da Auditoria
116 Interna para a apresentação do setor, devido às férias do auditor. Passou a palavra
117 aos conselheiros caso quisessem fazer algum informe geral. A conselheira Cristieli
118 representante dos egressos compartilhou com muita alegria uma das maiores
119 conquistas de uma das egressas do *Campus* Araguatins (Eduarda Fernanda Gomes
120 Viegas) a pesquisadora descobriu 6 novas espécies de cigarrinhas. Destacou que por
121 a egressa ser tão jovem a conquista ressaltava mais ainda a sua relevância. Citou
122 outro fato importante associado a essa conquista, a homenagem de uma das
123 espécies à Elbert Ferreira Guida, que foi acadêmico do curso de Agronomia do IFTO,
124 *Campus* Araguatins. Destacou que Elbert era uma pessoa muito especial e que toda
125 a comunidade tinha muito carinho por ele, também era pesquisador, braço direito
126 do professor Francisco. Frisou que apesar de ter as suas necessidades físicas a serem
127 superadas em alguns aspectos, não media esforços e se ressaltava. Era um dos
128 poucos colegas que era estudante, produtor rural, empreendedor e pesquisador.
129 Compartilhou também novas conquistas ainda para o mês de abril - quatro egressos
130 afastados para o mestrado em diversas instituições federais no país. Ressaltou a
131 colega Lawrência, não apenas por ser mulher, mas pelo grande desempenho que
132 sempre teve na vida acadêmica, por ter passado em 5 mestrados e estar na
133 Universidade Federal de Viçosa - UFV. Parabenizou também os demais colegas por
134 suas conquistas. Informou que nas mídias o Estado do Pará era um dos maiores
135 produtores de cacau, e que tinham um egresso na região Sudeste do Pará da turma
136 de 99 (ainda dos tempos EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins) que vinha
137 se destacando no mercado. Mencionou a entrevista dada ao Globo Rural sobre o
138 trabalho que estava sendo desenvolvido na região de Tucumã e São Félix do Xingu

139 no Pará, uma luta dos produtores rurais principalmente na área da cultura, e
140 também o parabenizou por esse destaque. O presidente destacou que eram
141 excelentes as notícias e a importância do trabalho desenvolvido no *Campus*
142 Araguatins desde a época de EAFA e consequentemente em todo o IFTO. Disse que
143 eram conquistas muito significativas que orgulhavam a toda a comunidade. O
144 conselheiro Elson Martins, representante dos discentes, primeiro titular também do
145 *Campus* Araguatins, compartilhou a entrada recente do estudante João Felipe
146 Gomes na Universidade do Porto em Portugal, levando o nome do IFTO pra frente, o
147 que ressaltava a importância que o IFTO tinha para a comunidade (os destaques de
148 egressos e estudantes). O conselheiro Maukers informou que recentemente (na
149 semana anterior) ele o o professor Josafá, Diretor-geral do *Campus* Araguatins,
150 estiveram em São José dos Campos consolidando uma parceria com o INPE e
151 UNIVAP para fortalecer o evento da Física Espacial Brasileira que ocorreria em
152 Araguatins em 2023. Informou que em 2020 concorreram com Curitiba e tiveram
153 êxito no pleito, foram contemplados com a grande honra de sediar o evento.
154 Destacou a importância das parcerias. Convidou a todos do IFTO, diretores e
155 estudantes para o evento, pediu atenção pois mudaria o nível do Estado e da região.
156 Disse que já tinha tido oportunidade de participar do evento em Santa Maria, no
157 Rio Grande do Sul e que na oportunidade alemães, chineses e norte-americanos,
158 estavam assistindo o evento também e que a universidade Santa Maria foi
159 contemplada com laboratório, fomento, ou seja, era um evento que dava
160 notoriedade nacional e internacional. Informou que estava o presidente do comitê
161 organizador local e que a equipe do comitê foi a São José dos Campos conversar com
162 o diretor do INPE, Dr. Clésio de Nardini, que demonstrou bastante empolgação no
163 apoio e ajuda, visto que foi um dos idealizadores e incentivadores do evento que já
164 tinha ocorrido em todas as regiões do Brasil, exceto na região norte. Ressaltou que
165 trazer o evento para a região era uma forma de expandir a pesquisa e alavancar
166 ainda mais a pesquisa na região. Informou que estiveram também na Univap -
167 Universidade do Vale do Paraíba com o comitê organizador local do último evento,
168 que devido a pandemia ocorreu de maneira remota, porém acreditava que em 2023
169 teriam o evento se não 100% presencial, híbrido. Pediu o apoio e a colaboração no
170 evento, pois acreditava no crescimento do IFTO, do Tocantins, e de toda região
171 norte. O presidente informou que já havia conversado especialmente com o
172 professor Josafá, mas destacou ao conselheiro Maukers, presidente do Comitê o
173 apoio de toda a instituição para realização do evento. Disse que estavam à
174 disposição para o que fosse necessário para conseguirem demonstrar a
175 grandiosidade de todo o IFTO na concretização desse sonho do *Campus* Araguatins.
176 O conselheiro Geovane, representante titular dos egressos, destacou a importância
177 do movimento estudantil, lembrou que o *Campus* Paraíso Tocantins estava com um
178 problema em relação a falta de transporte público e recentemente os estudantes de
179 Paraíso Tocantins liderados por Raniely se juntaram e foram à luta, fizeram um
180 abaixo-assinado, manifestações e conversaram com o procurador-geral do
181 município, e mediante este diálogo foi lançado o edital de chamamento público para
182 que as empresas interessadas pudessem fazer o traslado dos estudantes do IFTO.
183 Lembrou que o transporte era público e que estava na Constituição (direito de ir e
184 vir e de acessibilidade). Ressaltou a força dos estudantes quando reunidos e
185 organizados, não só no Consup com representatividade de eleição, mas também
186 como uma organização. Parabenizou o movimento estudantil de Paraíso do
187 Tocantins e agradeceu pela oportunidade das indicações de pautas Consup. O
188 presidente também parabenizou a todos os estudantes pelas conquistas e por

189 estarem cada vez mais mobilizados e conscientes do seu papel, dos seus direitos e
190 principalmente de como fazer as reivindicações, como se colocar e questionar, pois
191 estava surtindo grandes efeitos. Disse que ficou muito feliz e que esperava para o
192 benefício de toda a comunidade de Paraíso Tocantins e não só dos estudantes do
193 IFTO, que o serviço do transporte fosse realmente licitado e que iniciasse a
194 prestação o quanto antes de um serviço de qualidade merecido pela comunidade. O
195 conselheiro Leandro, representante dos técnicos administrativos agradeceu aos
196 técnicos administrativos que depositaram sua confiança nele. e parabenizou os
197 estudantes do *Campus* Paraíso do Tocantins pela luta, disse que ficou feliz em saber
198 que eles tiveram uma evolução e que se sensibilizava muito pela luta dos
199 estudantes, pois também tinha sido estudante por duas vezes pelo IFTO e sabia das
200 lutas, das dificuldades. Disse que poderiam contar com ele para o que precisassem.
201 Disse que era um prazer estar no Conselho e que esperava contribuir bastante para
202 o desenvolvimento da Instituição. O conselheiro Thiago representante titular da
203 Seagro - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Estado do Tocantins,
204 disse que era sua primeira participação dentro conselho e parabenizou o IFTO pela
205 excelente participação dentro do agronegócio do Estado Tocantins, formando mão
206 de obra capacitada para atender a demanda do agronegócio do Estado pela
207 capilaridade dos cursos de excelente qualidade, formando profissionais para atender
208 essa demanda de mercado. Reforçou o convite em nome do governo do Estado,
209 governador e do secretário, Jaime Café para a participação da 22ª Agrotins com o
210 tema Integrar, Intensificar e Preservar, focando na questão da sustentabilidade com
211 mais de 600 empresas expondo dentro das diversas áreas: agricultura, pecuária,
212 aquicultura, levando tecnologia e mostrando todo o potencial do Tocantins como a
213 maior feira do norte do Estado no Brasil. Disse que era uma imensa satisfação estar
214 ali e que esperava colaborar dentro do Conselho em prol do agronegócio, do ensino
215 e do desenvolvimento do Estado do Tocantins. O presidente repassou através do
216 conselheiro Thiago o agradecimento do IFTO ao secretário Jaime Café e ao
217 governador Wanderlei Barbosa pelo apoio e pela confiança no IFTO na participação
218 na Agrotins. Lembrou que em 2019 o IFTO teve essa oportunidade e que acreditava
219 que não fez feio, pelo contrário, se posicionou de modo estratégico e dessa vez fez a
220 solicitação similar ao governo do Estado para que acreditasse mais uma vez no IFTO,
221 disponibilizando uma área diferenciada para a participação para que colocasse toda
222 a sua infraestrutura. O presidente disse que ficou feliz em ter a solicitação atendida
223 e agradeceu pela confiança. Esperava que ao final do evento pudessem observar a
224 importância desta parceria estabelecida entre IFTO e SEAGRO para o
225 desenvolvimento do agronegócio Tocantinense. Destacou que tinham muito ainda a
226 fazer, mas que acreditava que esse era o caminho, instituições se conhecendo, se
227 aproximando, acreditando uma no trabalho das outras e aproveitando o que tinham
228 de mais forte para entregar a comunidade. Disse que a expectativa em relação a
229 Agrotins estava muito grande por parte do IFTO. O conselheiro Flávio Eliziário
230 parabenizou os estudantes pela demanda, pelo movimento justo, legítimo buscar
231 melhoria no transporte público. Informou que no mesmo dia receberam a
232 publicação no Diário Oficial do Município a licitação para contratação do serviço de
233 transporte para atendimento da demanda, não do IFTO, mas do transporte público
234 para o município de Paraíso do Tocantins, sendo assim, o *campus* também seria
235 atendido. Mencionou a perda do egresso Denilson, recém formado em licenciatura
236 em química, o que deixou todos no *Campus* bastante triste. Lembrou que o
237 estudante havia sido bolsista, deixou os sentimentos do IFTO à toda comunidade do
238 *Campus* Paraíso e a comunidade de licenciatura em química e principalmente aos

239 familiares. Disse que a perda era recente e irreparável. O presidente também se
240 solidarizou com toda comunidade do *Campus* Paraíso Tocantins especialmente com
241 os familiares do Idenilson. Na sequência procedeu-se com o acolhimento
242 (apresentações e agradecimentos) dos representantes do Conselho Superior do
243 Instituto Federal do Tocantins, biênio 2022-2023. O presidente agradeceu a todos os
244 conselheiros(as) por terem aceitado o desafio de representar suas categorias no
245 Conselho Superior. Afirmou que tinha certeza de que todos estavam imbuídos no
246 mesmo propósito que era fazer um trabalho com foco no engrandecimento da
247 Instituição que perpassa pela representação dos interesses de cada uma das
248 categorias, mas com o foco principal o engrandecimento da instituição e como bem
249 frisado pelo conselheiro Cleber, tinha como missão o desenvolvimento regional e
250 como visão se tornar referência na prestação de serviço no estado. Disse que era
251 com essa perspectiva que tinha certeza que todos conduziram o próximo biênio à
252 frente do Conselho Superior da Instituição. Após o acolhimento procedeu-se as
253 apresentações dos setores, conforme a pauta, ponto 3, a saber: apresentação da
254 Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Tocantins. O procurador federal
255 junto ao IFTO, Dr. Eduardo Prado dos Santos explicou que a procuradoria federal é
256 órgão da advocacia-geral da União integrante da procuradoria geral federal. Disse
257 que não era do poder judiciário, mas sim do poder executivo e que estavam ali para
258 atender as demandas do Instituto Federal. Informou que tinham uma competência
259 delegada pela Lei nº 10.480, artigo 9º, que delega à Procuradoria Federal e aos seus
260 órgãos vinculados a representação judicial e extrajudicial das autarquias e das
261 Fundações Públicas Federais, que era um órgão separado do Instituto, apesar de
262 estar dentro do Instituto. Disse que esta era uma criação da Lei nº 10.480 que
263 demandava à Procuradoria Federal uma representação judicial dos órgãos. Explicou
264 as representações judicial e extrajudicial. Disse que representação extrajudicial,
265 consultiva e de assessoramento estavam tratando da procuradoria junto ao Instituto
266 Federal do Tocantins. Esclareceu que quando havia uma demanda judicial contra o
267 Instituto Federal quem fazia a representação judicial também era um órgão da
268 Procuradoria Geral Federal no Estado Tocantins, os procuradores faziam a defesa.
269 Disse que a Procuradoria funcionava como um elo de ligação, de comunicação entre
270 o contencioso (Procuradoria Federal) e a Administração (gestão) do IFTO. Falou que
271 a Procuradoria Federal junto ao IFTO atuava no assessoramento aos gestores,
272 gabinete, Conselho Superior, Colégio de Dirigentes - CODIR, pró-reitorias, diretores
273 dos campi, ou seja, faziam todo o assessoramento da demanda jurídica de toda a
274 questão que envolvia legalidade, toda dúvida jurídica deveria ser repassada à
275 Procuradoria Federal para que pudessem dar uma resposta e prestar um serviço
276 com eficiência levando segurança jurídica nas decisões tomadas, que era o objetivo,
277 meta e foco da Procuradoria. Dentro da divisão explicada, Procuradoria Federal -
278 contencioso, Procuradoria Federal junto às autarquias, tinham Procuradoria junto ao
279 IFTO, IBAMA, INSS, UFT, que eram Procuradorias de consultivo e assessoramento, e
280 que tinha também a Procuradoria Regional em Brasília. Destacou a importância de
281 pontuar para os conselheiros a questão da necessidade que muitas vezes existia dos
282 elementos de defesa. Exemplificou: se um professor entende que tem direito a
283 receber um determinado índice de correção inflacionária, ele demandaria contra o
284 Instituto requerendo o direito, essa demanda chegaria como uma intimação na
285 Procuradoria Federal que imediatamente a repassa para a Procuradoria junto ao
286 Instituto, que faz a interlocução com os órgãos de gestão e solicita os elementos de
287 fato e de direito ao Instituto (defesa) e os repasse ao órgão de contencioso. Falou
288 sobre a necessidade de fazer o cumprimento das decisões judiciais. Explicou que

289 quando há necessidade de fazer o cumprimento das decisões judiciais, quando por
290 exemplo há uma demanda contra o Instituto, e o juiz sentencia favoravelmente a
291 pessoa, a decisão judicial é encaminhada para a Procuradoria Federal junto ao IFTO,
292 que deve fazer a interpretação dessa decisão (parecer de força executória), e
293 encaminhá-lo para o setor responsável pelo cumprimento (*campus*, diretoria de
294 gestão de pessoas ou para PROAD). No IFTO esta distribuição para cumprimento da
295 decisão é centralizada no gabinete do reitor, após o cumprimento a Procuradoria é
296 comunicada e informa no judiciário acerca do cumprimento da decisão. Quanto a
297 defesa do agente público, o procurador disse que como conselheiros todos estavam
298 investidos na função no serviço público Federal, no entanto, existiam alguns
299 requisitos como preenchimento de formulário entre outros a serem observados para
300 o direito a uma defesa por parte da Advocacia-Geral da União, não só em relação ao
301 Conselho, mas também em relação ao reitor, pró-reitores e docentes. Disse que
302 atuando desta forma a Procuradoria saía da defensiva e também poderiam agir na
303 atuação proativa, tendo necessidade ingressariam com ações judiciais. Encerrou
304 destacando que esse era um pouquinho do papel da Procuradoria, servir e poder
305 contribuir com o Instituto Federal, com a gestão e com o Conselho, essa era a função
306 enquanto Procuradores. Se colocou à disposição em nome de toda equipe da
307 Procuradoria para sanar dúvidas jurídicas (desde que realmente jurídicas). Destacou
308 que trabalhavam em prol do interesse público, da instituição e do crescimento,
309 sendo esse o papel da Procuradoria, levar segurança jurídica e servir, afinal eram
310 servidores públicos, e deveriam fazer com que as políticas públicas fossem
311 implementadas da melhor forma possível. Disse que a política pública de educação
312 era uma política muito importante no país, e que via o Instituto Federal com um
313 potencial muito grande para o avanço com parcerias público privadas e que já
314 estavam vendo o início e crescimento desta caminhada, e que a Procuradoria estava
315 ali para auxiliar nesta caminhada. Pediu aos conselheiros que buscassem eficiência,
316 pois tinham um papel importante com a aprovação de muitos projetos, então que
317 buscassem olhar o todo, o interesse público e a eficiência do interesse público e não
318 só interesses pessoais e individuais, mas sim da coletividade. O conselheiro Iomar
319 do *Campus* Colinas do Tocantins narrou que no início do ano uma página muito
320 conhecida na cidade fez uma publicação denegrindo a imagem dos alunos do
321 *campus* e acusando a gestão com uma determinada situação. Informou que
322 imediatamente foi na polícia federal, abriu uma petição, fez uma reclamação, mas
323 tinha dúvida se a questão seria objeto também de investigação da Procuradoria
324 Federal junto ao IFTO, e se sim qual seria a penalidade para os envolvidos. O
325 procurador respondeu que investigar era o papel da polícia, mas se o Instituto teve a
326 sua imagem denegrada, seu nome de alguma forma manchado, havia sim a
327 possibilidade da Procuradoria fazer a defesa. O presidente aproveitou a
328 oportunidade para agradecer e reconhecer a toda equipe da procuradoria pelo
329 trabalho árduo de assessoramento indo além e participando ativamente na
330 construção de normativos institucionais. Aproveitando a presença do Dr. Eduardo na
331 reunião, o presidente informou que o fluxo das consultas à Procuradoria não se dava
332 direto, ou seja, não eram os conselheiros que enviavam diretamente as demandas à
333 Procuradoria, mas sim a Secretaria do Conselho. Desta forma, deveriam enviar à
334 Secretaria e esta tomaria as providências cabíveis. Quanto às competências do
335 Conselho, o presidente citou que havia muito equívoco sobre quais eram as
336 competências do Conselho. Explicou que apesar de se tratar da instância máxima
337 deliberativa da instituição, na prática nem tudo cabia à decisão do Conselho.
338 Afirmou que o Conselho Superior era a Instância máxima deliberativa, mas não para

339 todo e qualquer assunto, mas sim para todos os assuntos que estavam sob
340 competência do Conselho e que esses assuntos poderiam ser observados no
341 Regimento Geral do IFTO. Esclareceu que para àquelas matérias a instância máxima
342 de deliberação era o Conselho Superior, e para outras matérias que não eram de
343 competência do Conselho Superior o próprio Regimento e outros normativos
344 informavam qual era a instância de deliberação. Citou a importância dos
345 conselheiros terem esse conhecimento, inclusive para não gerar uma série de
346 desinformação à comunidade e até desgastes na hora do diálogo. Destacou também
347 a importância de seguir o fluxo hierárquico de tomada de decisão antes de
348 demandar o Conselho. Esclareceu que era preciso compreender o fluxo e respeitar
349 cada uma das instâncias institucionais, além das pautas e as matérias correlatas a
350 cada uma dessas instâncias. A título de informação citou que matérias de pessoal e
351 matérias de orçamento não eram deliberadas no Conselho Superior, pois existiam
352 outras instâncias que deliberavam essas matérias. Lembrou que falava-se muito
353 sobre autonomia, e que o IFTO era uma instituição que tinha autonomia, com tudo
354 em matéria de pessoal não tinham autonomia. Informou que o quadro de pessoal
355 do governo federal de todo o Executivo tinha uma estrutura específica onde eram
356 tomadas as decisões. Disse que o IFTO tinha uma estrutura através da Diretoria de
357 Gestão de Pessoas em que podia deliberar sobre algumas pautas, mas havendo
358 recurso em alguns questionamentos era necessário direcionar ao SIGEPE (órgão
359 central em Brasília que analisa a matéria e toma decisão de modo que esta seja
360 coordenada com todo país) para que uma decisão relacionada a pessoal não fosse
361 diferenciada de instituição para instituição. Destacou a importância desta
362 compreensão para atuarem em defesa dos direitos, mas respeitando as limitações
363 do Conselho. Orientou que em caso de dúvidas quanto à competência deveriam
364 remeter consulta à procuradoria que apontaria a instância recursal e o fluxo da
365 matéria, garantindo a segurança legal na tramitação dos processos e assegurando os
366 pré-requisitos manifestados pelo Dr. Eduardo necessários para a garantia da defesa
367 pela procuradoria caso a matéria seja judicializada. Ressaltou a importância da
368 ciência por todos, de que os processos institucionais deveriam passar por uma
369 consulta jurídica antes de irem para o Consup, para que os conselheiros ao tomarem
370 decisão tivessem uma referência do posicionamento jurídico sobre a pauta podendo
371 se posicionarem de acordo com ele ou não, já que a tomada de decisão de cada um
372 era discricionária. No entanto, tomariam a decisão cientes do direcionamento
373 jurídico e das consequências, inclusive responder pela decisão ou não de acordo
374 com os desdobramentos. Destacou que era preciso estar ciente da orientação
375 jurídica. Quanto ao fluxo de processo, informou que as orientações dadas não
376 estavam expostas no Regimento, mas que ao colocar um matéria em pauta, havendo
377 dúvida por parte de algum conselheiro era só se manifestar que a prática adotada no
378 Conselho Superior era suspender o ponto de pauta dando encaminhamento que
379 traria conforto ao Conselheiro e na reunião seguinte retornaria com o ponto de
380 pauta. Pediu que o pedido de suspensão da pauta e consulta à Procuradoria fosse
381 solicitado apenas em casos que realmente não houvesse elementos no processo que
382 desse segurança jurídica. Disse que o importante era que todos ao tomarem a
383 decisão tivessem tido acesso a todos os elementos para que formulassem seus
384 pontos de vista com segurança. A corregedora Rafaella Lorrayne Neves Portilho se
385 apresentou informando que era servidora do IFTO desde 2010. Iniciou sua trajetória
386 na Instituição no Campus Porto Nacional, onde atuou coordenadora de gestão de
387 pessoas por 5 anos, foi removida para o *Campus* Palmas, onde atuou no RH como
388 coordenadora de legislação e normas de pessoal de 2015 até 2019 quando foi

389 convidada a participar de alguns processos disciplinares na Reitoria, tendo iniciado
390 suas atividades na área correcional em 2019 com a condução de alguns processos
391 disciplinares. Disse que estava como corregedora pelo mandato de dois anos,
392 explicou que pelo Decreto 5.480 que instituiu o sistema de correição do Poder
393 Executivo Federal, o corregedor tinha alguns requisitos para ser nomeado, e depois
394 o reitor indicava um nome a Controladoria-Geral da União (CGU) que apreciava e
395 aprovava (ou não) o corregedor para exercer mandato de dois anos. Ou seja, o reitor
396 submetia o nome e se atendidos os requisitos dispostos no decreto e na Portaria
397 1.182 da Controladoria-Geral da União era aprovado para o mandato de dois anos à
398 frente dos trabalhos da Corregedoria. Informou que fisicamente a Corregedoria
399 estava localizada no terceiro andar do prédio da Reitoria entre a Procuradoria e a
400 Ouvidoria. Inteirou que a equipe da Corregedoria era composta por três servidores
401 atuantes, 100% dedicados integralmente aos trabalhos correicionais (ela, a servidora
402 Rosana e a Tainá, assessora técnica da corregedoria), advertiu que as três eram
403 formadas em Direito com especializações em direito administrativo, processo
404 civil, direito civil e gestão pública, além das capacitações na área disciplinar e outros
405 aperfeiçoamentos em matéria correicional. Informou que além das três servidoras
406 que integravam a Corregedoria, desde 2021 estavam contando com um banco de
407 servidores, foram designados 28 servidores indicados por todos os campi e Reitoria,
408 que estavam sendo capacitados tanto pela Controladoria-Geral da União como pela
409 Corregedoria, para que esses servidores atuassem em comissões disciplinares tanto
410 investigativas como nos processos disciplinares acusatórios. Disse que a criação da
411 Corregedoria Federal no IFTO era relativamente recente, pois o órgão foi instituído
412 no 2º semestre de 2018 e que ainda estava avançando em termos de maturidade,
413 apesar de já ter tido avanços significativos desde 2018. Disse que estavam
414 trabalhando para estruturar ainda mais a Corregedoria. Disse que antes de ter o
415 órgão que tratava de matéria disciplinar (Corregedoria) o trabalho era feito de forma
416 descentralizada por cada *campus*, mas a Corregedoria Geral da União solicitou no
417 final de 2017 que o IFTO instituisse uma unidade setorial de corregedoria para que
418 as atividades correlatas ficassem centralizadas em um órgão que trata-se de matéria
419 disciplinar. Destacou que várias eram as vantagens de se ter uma corregedoria que
420 tratava de assuntos disciplinares no IFTO, entre elas a de existir uma unidade
421 especializada em assessoramento e matéria correicional que tinha comunicação
422 mais direta com os órgãos de controle, servidores especializados com perfil para
423 atuar em matéria correicional, aperfeiçoamento na condução dos processos
424 disciplinares de forma a evitar futuramente anulações judiciais ou prescrições de
425 processos e também a otimização da atividade correcional, um trabalho de melhor
426 qualidade e feito em menos tempo de forma mais eficiente. Comunicou que a
427 Corregedoria tinha suas atribuições e competências fixadas no Estatuto do IFTO, no
428 artigo 23 e no Regimento Geral do IFTO nos artigos de 36 a 39, sendo sua atividade
429 principal realizar o juízo de admissibilidade das denúncias, representações ou
430 notícias que informassem a suposta ocorrência de infração correcional relacionadas
431 aos agentes públicos no âmbito do IFTO. Informou que já tinham o regulamento das
432 atividades de correição do IFTO, um avanço em termos de normativo e que estava
433 disponível para conhecimento de todos no portal do IFTO, na aba da corregedoria.
434 Notificou que a Corregedoria também era competente pelo Regimento Geral para
435 instaurar e conduzir procedimentos investigativos e acusatórios bem como
436 processos de responsabilização de pessoas jurídicas, ressaltou a importância desse
437 juízo de admissibilidade feito pelo setor da corregedoria. Citou que com o advento
438 da Lei de abuso de autoridade de 2019 se tornou mais sério e mais cuidadoso a

439 instauração de processos acusatórios em face de servidores públicos, ou seja, era
440 necessário uma justa causa fundamentada para se instaurar e proceder a qualquer
441 percepção administrativa em face de um servidor, sendo o papel de uma unidade
442 descentralizada de corregedoria no IFTO era importante para fazer essa análise de
443 juízo de admissibilidade. Após a denúncia fosse vinda da ouvidoria ou uma
444 representação encaminhada direto para Corregedoria, ou até uma notícia enviada
445 pelo próprio Ministério Público Federal, a corregedoria fazia uma análise
446 aprofundada da representação, verificava se havia indícios mínimos de autoria ou
447 materialidade fazendo o aprofundamento da questão fosse para procedimento
448 investigativo ou investigação preliminar sumária (procedimento de diligências para
449 dar maior robustez aos indícios de autoria e materialidade de uma suposta
450 separação correicional acometida por um servidor público). Destacou que só depois
451 deste filtro, se entendessem que existia indícios de autoria e materialidade abria-se
452 um processo acusatório em passe de um servidor. Disse que a corregedoria era um
453 órgão integrante da estrutura do IFTO e estava subordinada diretamente ao reitor,
454 mas sua orientação normativa e também supervisão técnica era feita pela
455 Corregedoria-Geral da União (órgão central do sistema de correição do Poder
456 Executivo Federal). Instituído pelo Decreto Nº 5.480 de 2005. Informou que a
457 corregedoria Geral da União fiscalizava e assessorava também constantemente as
458 corregedorias setoriais, citou que o sistema de correição estava estruturado da
459 seguinte forma: Corregedoria Geral da União como órgão central e as corregedorias
460 setoriais, ou seja, cada autarquia, fundação, empresa pública, sociedade de
461 economia mista, tinha sua própria Corregedoria setorial, todas fiscalizadas e
462 assessoradas pela CGU. Citou que a Corregedoria Geral da União instituiu um
463 modelo de maturidade com cinco níveis, ou seja, a corregedoria tinha quesitos a
464 serem alcançados para subir de nível, e que desde 2019 ainda na gestão da ex-
465 corregedora, Rosana Sara, estavam trabalhando no avanço e alcance do nível 2
466 (corregedoria estruturada em termos de normativos, independência no sentido de
467 instaurar procedimentos investigativos, processos acusatórios). Citou que
468 anualmente passavam por uma avaliação obrigatória da CGU para verificação dos
469 alcances dos quesitos e consequentemente alcance dos níveis esperados em termos
470 de maturidade na área correcional. O conselheiro Yohann perguntou se quando o
471 IFTO fazia uma aquisição de serviço externo e os alunos (cliente final) percebiam que
472 o material recebido não estava de acordo com o descrito na aquisição, se esse tipo
473 de processo deveria ser enviado para a Corregedoria. A corregedora respondeu que
474 não, o caso específico narrado deveria ser notificado primeiro ao fiscal de contratos
475 para que ele verificasse o que estava errado na prestação do serviço. Esclareceu que
476 a Corregedoria atuava quando verificada uma suposta irregularidade funcional
477 cometida por algum agente público no âmbito do IFTO envolvido no processo. No
478 caso do processo narrado pelo conselheiro ele só iria para corregedoria se
479 identificado supostamente que um agente público envolvido no processo licitatório
480 tinha cometido alguma irregularidade funcional, mas que a princípio na cerca de
481 falha na prestação do serviço ou produto contratado por meio de licitação deveria
482 primeiramente ser feita na parte de licitações e contratos, só iria para a corregedoria
483 quando se tratasse de infração correcional. O presidente auxiliou a compreensão do
484 conselheiro Yohann, explicando que o IFTO tinha diferentes setores (Corregedoria,
485 Procuradoria, Auditoria, Ouvidoria), e que em linha gerais, para comunidade,
486 dúvidas, reclamações ou manifestações deveriam ser feitas à Ouvidoria. Destacou
487 que era necessário massificar esta informação na comunidade especialmente com
488 os estudantes, pois na ouvidoria é que seria acolhida essa manifestação, classificada

489 e direcionada para a auditoria, corregedoria, campus ou Reitoria, ou seja, para a
490 estrutura administrativa que fosse correlata àquele assunto. Destacou que se na
491 apresentação de denúncia tivesse a indicação de elementos que possibilitasse a
492 caracterização, ou seja, a identificação do servidor responsável por provocar ou se
493 beneficiar provavelmente a manifestação seria direcionada para Corregedoria que
494 tentaria verificar se realmente houve ou não a responsabilização, mas se não fosse
495 identificado o responsável provavelmente a manifestação seria direcionada à
496 Ouvidoria que analisaria o processo e o direcionaria com base nesta análise.
497 Ressaltou que o ponto chave era o canal, que se a comunidade compreendesse que
498 a forma correta de fazer esse tipo de manifestação era através da Ouvidoria que
499 direcionaria aos diferentes setores dando sequência no processo. O presidente
500 lembrou que o serviço da corregedoria era recente na instituição, que estava
501 aprendendo a estruturar e como melhorar os processos, destacou que a equipe era
502 pequena (3 servidores) para o número de processos e demandas apresentadas e
503 para cada processo, uma vez envolvida a possibilidade de penalização de um agente
504 público, havia uma necessidade muito grande de um acompanhamento detalhado,
505 e em seguir todos os trâmites, prazos para apresentação de elementos, forma de se
506 ouvir testemunhas, o que demandava muito tempo. Pediu que a comunidade
507 compreendesse a situação, disse que as demandas estavam caminhando dentro do
508 fluxo, mas não necessariamente ainda no ritmo que a comunidade gostaria. No
509 entanto, seguir o fluxo garantia que não haveria penalizações injustamente. Disse
510 que o trabalho das colegas da Corregedoria, trabalho no processo de estruturação
511 trazia segurança a comunidade e que desde que a começaram a atuar alguns
512 processos tiveram a sua culminância e penalizações sendo atribuídas a quem deveria
513 ser penalizado. Disse que percebeu que a comunidade se sentiu muito mais segura o
514 que reforçava a importância do trabalho que estava sendo conduzido. Um dos
515 conselheiros questionou a informação dada pelo presidente quanto às competências
516 do Conselho, especificamente quanto à questão orçamentária, que conforme
517 informado pelo presidente não era pauta de apreciação do Consup. Citou que no
518 Regulamento no Capítulo II, Da competência, Seção I, Do Conselho Superior, Art. 4º,
519 item III - aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a
520 proposta orçamentária anual. A título de entendimento, perguntou se a proposta
521 orçamentária não passava pelo Consup mesmo contendo no Regulamento. O
522 presidente informou que até então esse tipo de apreciação não tinha sido feita e até
523 onde ele tinha conhecimento não era competência do Conselho fazê-la, mas que
524 poderiam verificar o item citado. A ouvidora Joelma Oliveira Lima apresentou a
525 atuação e o funcionamento da Ouvidoria e também como a comunidade poderia
526 acioná-la. Explicou que a Ouvidoria do IFTO atendia usuários interno e externo
527 (comunidade) e usuários do serviço público (empresas). Disse que qualquer pessoa
528 poderia entrar com uma demanda junto à Ouvidoria do IFTO. Informou que
529 recebiam demanda de assédio moral, sexual e que existia também outros tipos de
530 manifestações, por exemplo um elogio a gestão, reclamação de serviço no caso de
531 as instâncias internas não terem dado solução. Informou que a Ouvidoria atuava
532 com base na Lei nº 3.460, que o prazo para resposta a Ouvidoria era de 20 dias,
533 prorrogado por mais 20 e dentro desse prazo 10 dias era para ouvidoria (tanto da
534 situação Inicial como da prorrogação), ou seja, 60 dias. Disse que a reclamação era
535 encaminhada ao gestor e que este tinha que mostrar as providências adotadas para
536 resolução no sistema fala.br. Explicou também que tinham a comunicação com
537 indícios mínimos de materialidade que era uma denúncia teoricamente anônima e a
538 administração encontrando indícios mínimos havia a possibilidade de tornar uma

539 denúncia indo para uma investigação, inclusive junto a Corregedoria. Informou que o
540 IFTO teve um avanço em relação às denúncias e as comunicações. Que devido à
541 algumas discussões com os setores de controle elas eram apuradas pela
542 Corregedoria não sendo mais só encaminhadas para o gestor, o que dava segurança
543 jurídica para o gestor e também para comunidade. Explicou que qualquer gestor ou
544 comunidade que recebesse as denúncias deveriam encaminhá-las para Ouvidoria,
545 que era o canal específico, pois as denúncias tinham um rito próprio de proteção ao
546 denunciante e também de verificação se o nome da pessoa realmente deveria
547 constar no processo, ou seja, a ouvidoria tinham uma estrutura apropriada para o
548 trabalho, por isso recomendava aos gestores não tratarem diretamente denúncias,
549 pois nestes casos a Ouvidoria fazia análise preliminar (verificação dos indícios
550 mínimos de autoria e materialidade e setores de controle que tinham a competência
551 para o encaminhamento). Informou que também recomendavam aos gestores com
552 relação ao trânsito de denúncias, que deveriam ser em caráter mais restrito,
553 impossível de exposição até a sua apuração. Outra demanda citada por Joelma, foi a
554 solicitação de providências, parecida com a reclamação, mas o que a modificava era
555 que a solução era solicitada direto ao gestor, ou seja, direcionando o problema, mas
556 requerendo uma solução. Disse que a ouvidoria podia receber também pedido de
557 simplificação de um serviço público que estivesse muito burocrático ou exigindo
558 documentos demais, que poderiam ser consultados por plataformas públicas.
559 Informou que a plataforma de recebimento das manifestações de ouvidoria era a
560 fala.br, preferencialmente estabelecida pela legislação para se entrar com as
561 manifestações de ouvidoria. O usuário deveria registrar a manifestação pela
562 plataforma, no caso de não conseguir deveria entrar por outros canais como e-mail,
563 orientado pela Ouvidoria. Disse que o usuário estava adaptado à utilização da
564 plataforma correta, principalmente após a pandemia, que continha os
565 procedimentos de pseudonimização (retirar o nome do usuário para não identificá-
566 lo diretamente na denúncia) e anonimização se necessário. Encerrou dizendo que
567 essas eram as atividades básicas em que a ouvidoria atuava. O presidente reforçou a
568 importância da comunidade conhecer o canal e utilizar cada vez mais a ouvidoria
569 para apresentação de denúncias, críticas, sugestões ou qualquer que fosse a
570 classificação da manifestação. Pediu que Joelma fizesse a diferenciação, para os
571 conselheiros e para a comunidade, dos tipos de denúncias (anônima e a que
572 informava o nome) mas pedia não ser identificado, e qual o impacto disso no
573 acompanhamento do trâmite processual. Joelma explicou que ao acessar a
574 plataforma falabr havia opção de pedir a pseudonimização do nome (retirada do
575 nome), mas para acompanhamento direto da denúncia eram preciso se identificar
576 em algum lugar na plataforma. No entanto, a ouvidoria só abriria a pseudonimização
577 se precisasse do nome apurar a denúncia, do contrário o nome seria resguardado.
578 Disse que o processo de ouvidoria para qualquer modalidade, recomendava-se que
579 fosse tramitado e com acesso restrito, apenas os setores que tinham a necessidade
580 de procuração teriam conhecimento do processo. Recomendava-se também aos
581 gestores que os mesmos quando encaminhassem denúncias enviassem e-mail direto
582 para o servidor e não para uma caixa muito aberto, porque às vezes o SEI não estava
583 totalmente padronizado. Citou que outro tipo de manifestação parecida com a
584 denúncia era a comunicação, nesta ninguém tem acesso ao nome, nem mesmo a
585 CGU e ou ouvidoria, por isso, era considerada uma informação de origem anônima
586 que comunicava irregularidade com indícios mínimos de relevância, autoria e
587 materialidade. Explicou o que a Lei dizia a respeito, que a princípio a administração
588 investigaria se identificasse algum indício e que a ouvidoria também a princípio não

589 tinha prazo para apurar, mas que criaram no Regimento Interno a figura de quem
590 iam considerar a comunicação nos mesmos prazos que as outras manifestações. O
591 presidente pediu à comunidade que observasse essas diferenças, pois às vezes
592 recebia críticas da comunidade (estudantes, servidores) que apresentavam
593 manifestações na ouvidoria com reclamação de ter feito a denúncia e não recebido
594 resposta, mas lembrou que em uma denúncia anônima não ficava registrado nem
595 nome ou qualquer meio de identificação da pessoa, dessa forma, não tinham como
596 dar retorno e possibilitar o acompanhamento. Ressaltou que não estava orientando-
597 os a colocarem o nome em toda denúncia ou manifestação, lembrou que como
598 informado pela ouvidora existia a forma de fazer uma manifestação, apresentar um
599 relato de denúncia, indicar o nome, mas que na sequência do processo o nome não
600 seria identificado, mas possibilitaria o monitoramento e o andamento do processo.
601 Destacou que quaisquer que fossem as modalidades existiam prazos para que o
602 processo tramitasse dentro da Instituição, e todas as manifestações abertas, através
603 do falabr, eram acompanhadas pelas CGU. O IFTO tinha que dá uma resposta dentro
604 prazo, por isso a importância de destacar o canal na comunidade e buscar usá-lo
605 cada vez mais, porque auxiliava os processos e as respostas em tempo. Pediu aos
606 conselheiros e comunidade que, em caso de dúvidas, ligassem e buscassem
607 mais orientações sobre como apresentar algum tipo de situação. Destacou que
608 tanto os processos tramitados na ouvidoria quanto na corregedoria, a gestão da
609 instituição não tinha acesso e não poderiam pedir, os setores atuavam de modo
610 autônomo e independente na condução dos processos. Joelma retornou e explicou
611 que a comunicação tinha esta particularidade, mas que tentavam ao máximo fazer
612 uma análise preliminar para considerar o que estava sendo falado, a não ser que o
613 texto não tivesse fundamento nenhum, ou seja, fosse vazio, sem sentido. Explicou
614 que o papel de admissibilidade, que é o papel de considerar fundamento ou não,
615 compete efetivamente a auditoria interna, corregedoria, comissão de ética. Citou
616 que muitas ouvidorias foram questionadas por esses não encaminhamentos, que às
617 vezes faltando só um elemento de materialidade deixavam de encaminhar, mas
618 ressaltou que o papel da Ouvidoria era tentar ao máximo verificar o que estava
619 acontecendo com a comunidade para fazer uma gestão participativa que realmente
620 melhorasse o Instituto como um todo. Citou que era a comunidade que estava no
621 dia a dia vendo os problemas que estavam ocorrendo e que o papel da ouvidoria era
622 de investigação e também, no caso de reclamação, verificar a procedência. Disse que
623 a comunicação tinha mais particularidade, que como era anônima a ouvidoria não
624 conseguia reclassificar, porque às vezes a pessoa fazia uma denúncia, mas ao
625 analisá-la era totalmente uma reclamação, não cabendo autuação, era só uma
626 reclamação do serviço prestado, uma satisfação relativa ao serviço público. Frisou
627 que a ouvidoria tinha esse papel também, de fazer a análise e reclassificar a
628 demanda. No caso da comunicação, como era anônima, informou que o sistema não
629 permitia a reclassificação, então criaram no Regimento Interno uma subcategoria
630 para reclassificá-la internamente. Explicou que a reclamação era o único caso que
631 enviavam direto para o gestor, que ela com o nome era como se fosse um indício de
632 origem anônima que comunicava irregularidade, mas na verdade ao ler o texto
633 percebiam que a pessoa só não quis se identificar, se no texto identificasse algo na
634 reclamação possível da administração tratar faziam a reclassificação interna e
635 informavam no ato da resposta no sistema fala.br aos órgãos de controle que havia
636 sido tratada como uma reclamação diretamente pela gestão, pois a pessoa havia se
637 equivocado ao utilizar. Por último Joelma falou sobre o serviço de informação ao
638 cidadão que também estava dentro da plataforma fala.br, informou que a

639 comunidade poderia pedir qualquer informação oficial sobre o IFTO. Informou que
640 na página do CIC do Instituto Federal tinha uma instrução normativa dizendo o que
641 era transparência ativa, transparência passiva (informações que o órgão produz
642 mas que não estavam no site), por exemplo, quando a pessoa pedia acesso à
643 informação oficial sobre o IFTO, estava pedindo acesso a uma informação que
644 existia, mas não estava publicada no site. Disse que também monitoravam a
645 transparência ativa (publicações no site, tipo edital de licitação, remoção de
646 servidores, código de vagas) para que fossem atualizadas pelo menos a cada seis
647 meses à comunidade. Disse que com a informação ativa o pedido podia ser direto no
648 site. Disse que a gestão deveria preocupar-se sempre com o prazo de atendimento
649 (o mais breve possível). Informou que o IFTO atendia em média com 13,6 dias, que
650 em relação ao tempo de atuação não enfrentavam o que outras ouvidorias
651 enfrentavam, que era a omissão da gestão em responder ao usuário. Destacou que
652 esse era o lado positivo que via na gestão, pois levava a sério a Lei de acesso à
653 informação. informou que se insatisfeito o usuário poderia entrar com recurso em
654 primeira instância para a chefia imediata de quem produziu a resposta, segunda
655 instância diretamente para o leitor, terceira Instância CGU e se ainda continuar
656 insatisfeito, quarta Instância para CRMI, comissão mais aprofundada com
657 profissionais que julgavam e davam parecer. Informou que somente no ano passado
658 (2021), teve um caso que foi até a segunda instância, mas geralmente conseguiam
659 solucionar dentro do órgão. Forneceu o endereço da plataforma da ouvidoria
660 <https://falabr.cgu.gov.br>, explicou que ao entrar o cidadão usuário deveria se
661 cadastrar, escolher a manifestação e direcionar o IFTO como destinatário, desta
662 forma, a ouvidoria receberia. Em caso de dúvidas quanto à utilização da plataforma
663 informou que poderiam mandar um e-mail para ouvidoria@ifto.edu.br ou
664 comparecer no período da tarde à Ouvidoria no prédio da Reitoria. Informou que
665 estavam com um processo no setor de comunicação para tornar a ouvidoria
666 conhecida pelos alunos, que todo ano fazia uma campanha nas redes sociais, na
667 página da ouvidoria com link de perguntas rápidas sobre o funcionamento.
668 Informou que o falabr era integrado com o govbr bastava criar uma senha única para
669 utilização no site Federal de consulta. O presidente destacou o trabalho da Joelma
670 na estruturação de serviços tanto na ouvidoria, corregedoria como na auditoria ela
671 auxiliava nas discussões e na busca pela melhoria do fluxo processo. Agradeceu a
672 ouvidora pelo tempo à frente do serviço, sua dedicação e contribuição, que permitiu
673 ao IFTO está naquele nível de maturidade do trabalho de acompanhamento de
674 denúncias e reclamações dentro da Instituição. Após as apresentações procedeu-se
675 a deliberação do ponto sete, a saber: deliberação acerca da aprovação da Ata nº
676 3/2022/CONSUP/IFTO, de 22 de março de 2022, referente à terceira reunião
677 extraordinária de 2022 do Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins
678 (1568503). O conselheiro Elson solicitou a alteração do valor (R\$ 100,00) citado por
679 ele para R\$ 5.000,00, além da correção do nome (Tessa) do professor mencionado
680 para Décio. A conselheira Paula Karini solicitou a correção da nomenclatura APCN.
681 Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovada por
682 dezenove votos favoráveis e uma abstenção (Manoel Delintro). Na sequência,
683 procedeu-se a deliberação do ponto oito, a saber: deliberação acerca da
684 convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 43, de 30 de março de
685 2022, que aprovou, *ad referendum*, o projeto pedagógico do curso superior de
686 Tecnologia em Segurança Pública do *Campus* Paraíso do Tocantins, conforme
687 Processo nº 23234.020687/2021-94. A conselheira Mayana compartilhou do
688 sentimento acerca do termo de cooperação. Informou que tinha feito uma breve

689 pesquisa sobre a importância do ensino superior dentro da polícia militar e o quanto
690 era visível a necessidade desta formação superior, que era uma carência que existia
691 no Brasil inteiro, por isso, a importância de se investir no ensino dentro da
692 corporação. Aproveitou a oportunidade do ponto de pauta para parabenizar o IFTO
693 e toda a equipe envolvida no termo de cooperação (PROEN). Destacou a qualidade
694 do PPC, disse que dava para notar através do documento o empenho e a dedicação
695 da comissão na implantação do curso. Ressaltou o pioneirismo da iniciativa que
696 significava um salto muito grande para o IFTO, uma evolução institucional não só
697 para o IF mas também para a polícia, que confiou na instituição para desenvolver a
698 iniciativa inédita no Tocantins. Disse que era um primeiro passo do avanço que o
699 IFTO estava dando através destas parcerias com as iniciativas públicas e
700 privadas. Destacou como o curso melhoraria e engrandeceria a corporação, citou o
701 melhor entendimento da demanda da sociedade que os policiais passariam a ganhar
702 a partir do curso superior e a ampliação da capacidade de julgamento do policial. O
703 conselheiro Saldanha citou que tinha alguns amigos e parentes na corporação e
704 corroborou com a fala da conselheira Mayana, disse que o IFTO estava chegando a
705 um número muito elevado de pessoas através dessa parceria e de forma muito
706 positiva e a que desejava que essa parceria chegasse até o final de forma muito
707 positiva. O conselheiro Flávio Eliziário reforçou todo o empenho da equipe dos
708 servidores que estiveram envolvidos na consolidação dessa parceria e construção
709 dos trabalhos, que foi uma força-tarefa. Disse que o PPC foi produzido em parceria
710 com a própria polícia escutando, entendendo e compreendendo a demanda dada
711 toda a complexidade que Polícia Militar do Estado do Tocantins detinha na sua
712 estrutura, e que o IFTO por meio de conversas e diálogos por meio da sua a equipe
713 compreendeu. Parabenizou aos reitores e pró-reitores pelo fechamento da parceria
714 e principalmente ao governo do Estado do Tocantins e a própria polícia militar por
715 compreender a necessidade de formação do seu quadro, da necessidade da polícia
716 comunitária mais próxima a própria comunidade e que o PPC e foi construído para
717 que a tomada de decisão por esses agentes públicos de Segurança Pública fosse
718 mais assertiva e minimizar o conflito no seio da sociedade. O conselheiro Leandro
719 também parabenizar a todos os envolvidos no projeto, disse que o IFTO de fato
720 estava dando um passo importante e que acreditava que a comunidade era que
721 ganharia muito com o projeto. Aproveitando a temática da deliberação o presidente
722 ressaltou que estavam executando em parceria com a PM também um curso na área
723 de libras, e que a expectativa era que após o início desse trabalho de curso de
724 formação para os policiais que estavam ingressando, tivessem outro trabalho de
725 formação para os policiais que já faziam parte da corporação, para que também
726 tivessem a oportunidade (aqueles que ainda não possuía) do curso superior de com
727 o IFTO. Outra ação em desenvolvimento informada foi o planejamento de projetos
728 da pós-graduação conjunto com a polícia militar. Informou que a Polícia Militar tinha
729 muitos mestres e doutores, inclusive na área da educação, à disposição para
730 desenvolver um trabalho em parceria, o que enriqueceria muito mais as ações
731 desenvolvidas pelo IFTO e PM culminando com a melhoria de um trabalho entregue
732 à sociedade Tocantinense. Disse que ainda tinham muito para desenvolverem em
733 parceria com a PM, e que aquelas eram algumas das ações iniciais. Após
734 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
735 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto nove, a saber:
736 deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº
737 44, de 8 de abril de 2022, que declarou, *ad referendum*, a revogação de atos
738 normativos em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro

de 2019, conforme Processo nº 23235.031502/2019-42. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto dez, a saber: deliberação acerca da criação do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Engenharia de Produção e Sistemas do *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.002076/2021-34. A conselheira Cristieli parabenizou os envolvidos, destacou o crescimento e evolução anual do IFTO, o que a alegrava muito, principalmente quanto à oferta de cursos de pós-graduação. A conselheira Paula Karini disse que era muito bom ouvir um feedback como o da Cirstiely, pois para quem trabalhava nos bastidores com os *campi* o caminho era longo, mas felizmente estavam conseguindo imprimir ritmo e adesão das unidades. Informou que nos últimos 4 anos tinham mais que dobrado a oferta de cursos de especialização e que não se tratava só de crescimento quantitativo, pois o desenho estava muito bem alinhado, resultado de um trabalho forte e duro de muita gente. Destacou que tinha ficado muito feliz com as observações da conselheira. O conselheiro Elson também parabenizou o pessoal de Araguaína pela implantação do curso, disse que trazer essas pós para o IFTO já traçava um caminho maior de oportunidades aos estudantes, pois fortalecia os estudantes que não tinham condições de se deslocarem por variadas realidades. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar o presidente agradeceu novamente a presença de todos e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros deste Conselho que compareceram à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Elson Martins Neves, Conselheiro**, em 28/07/2022, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yohann Cristian Alves, Conselheiro**, em 28/07/2022, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristieli Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 28/07/2022, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iomar Lima Lago, Conselheiro**, em 29/07/2022, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Enumo Gottardi, Conselheira**, em 08/08/2022, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Geovane Souza Moura, Conselheiro**, em 08/08/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fontolan Tardivo, Conselheiro**, em 08/08/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayana Alencar de Matos, Conselheira**, em 15/08/2022, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Delintro de Castro Neto, Conselheiro**, em 29/09/2022, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAICON AIDYON SANTOS BRITO, Usuário Externo**, em 22/10/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maicon Aidyon Santos Brito, Conselheiro**, em 22/10/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Conselheira**, em 24/10/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Eliziário de Souza, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saldanha Alves Braga, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Pereira da Luz, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Cabral Neto, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maukers Alem Lima Dias, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira Campos, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 21:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Decarli de Assis, Conselheiro**, em 01/11/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dirce Betânia de Oliveira Faustino, Conselheira**, em 01/11/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Brasil Silva Cavalcante, Conselheiro**, em 10/11/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 10/11/2022, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1600353** e o código CRC **B5F0E071**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.008596/2022-51

SEI nº 1600353